

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 002/2017 QUE ENTRE
SÍ CELEBRAM O SERVIÇO DE
LIMPEZA URBANA DO DISTRITO
FEDERAL E A EMPRESA JM
TORRES JORNAIS E REVISTAS
LTDA – ME, NOS TERMOS ABAIXO:**

Processo nº 094.000.119/2017.

O SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL – SLU/DF, ente autárquico distrital, CNPJ nº. 01.567.525/0001-76, sediado no SCS, Q. 08, Bloco B-50, Edifício Venâncio 2.000, 6º andar, Brasília-DF, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado legalmente neste ato por sua Diretora-Presidente **HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS**, brasileira, portadora da CI nº M-417.159 SSP/MG, CPF nº 232.529.956-20, residente e domiciliada nesta capital, e por sua Diretora de Administração e Finanças, **CRISTINA DE SABOYA GOUVEIA SANTOS**, brasileira, portadora da CI nº 3.282.482 SSP/DF e CPF nº 369.946.503-91, domiciliada e residente nesta capital, e a empresa **JM TORRES, JORNAIS E REVISTAS LTDA – ME**, doravante denominada **CONTRATADA**, CNPJ nº 01.018.845/0001-77, com sede na SEP 509, Bloco “D”, Lojas 01 e 03 - Asa Norte - Brasília/DF, CEP 70.750-504, representada por **JOSÉ NILSON TORRES**, na qualidade de Sócio Administrador, brasileiro, portador do RG nº 693.975 SSP/DF, CPF nº 368.687.601-91, residente e domiciliado na DF 150 Km 5, Condomínio Vivendas Alvorada II, Brasília/DF, CEP 73.090-908, considerando o Edital do Pregão Eletrônico nº 24/2016 SULIC/SEPLAG, a Lei Federal nº 10.520/2002, regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.450/2005, acolhido no DF pelo Decreto Distrital nº 25.966/2005, Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Distrital nº 2.340/1999, Decretos Distritais nºs 26.851/2006, 33.243/2001, 34.458/2013, 36.825/2015 e 36.519/2015, bem como as demais normas pertinentes aplicáveis ao objeto, resolvem celebrar o presente Contrato mediante as Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 024/2016 – SULIC/SEPLAG (fls. 08 a 56), da Ata de Registro de Preços nº 0016/2016 – SULIC/SEPLAG às fls. 06, ao Projeto Básico às fls. 03 e da Lei nº 8.666/93 que fazem parte integrante deste instrumento.

Fl.	72
Proc.	094.000.119/2017
Rubrica	Mat 837199

cris

Cláusula Segunda – Do Objeto

O presente Contrato tem por objeto adesão à Ata de Registro de Preços nº 0016/2016 – SULIC/SEPLAG para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento diário de jornais, consoante especifica o Edital de Pregão Eletrônico nº 024/2016 – SULIC/SUPLAG (fls. 08 a 56), da Ata de Registro de Preços nº 0016/2016 – SULIC/SEPLAG às fls. 06 e do Projeto Básico às fls. 03.

Parágrafo Único – Da descrição dos serviços

O objeto compreende 01 (uma) assinatura anual do Correio Braziliense a ser fornecido da seguinte forma:

- I. A CONTRATADA deverá fornecer o periódico, diariamente, de segunda feira a domingo, incluindo os feriados nacionais;
- II. A entrega deverá ocorrer na Sede do SLU, localizada no SCS E. Venâncio 2.000, Quadra 08, Bloco B-50, 6º Andar – no Protocolo/SLU, CEP 70.333-900, Asa Sul, Brasília/DF;
- III. A CONTRATADA deverá fornecer, para utilização diária, o periódico em assinatura digital, com pelo menos uma senha e login;
- IV. O periódico deverá ser entregue, devidamente acondicionados em saco plástico, de forma a evitar umidade e poeira, etiquetada corretamente com as informações de CONTRATANTE;
- V. A CONTRATADA deverá enviar para o executor do contrato, as senhas de acesso da assinatura digital, a ser informado no envio da Nota de Empenho pelo SLU.

Cláusula Terceira – Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quarta – Do Valor

O valor total do contrato é de R\$ 931,95 (novecentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos), a serem pagos em 12 parcelas.

Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária

A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

- I. Unidade Orçamentária: 22214
- II. Programa de Trabalho: 15.122.6001.8517.9762
- III. Natureza da Despesa: 33.90.39
- IV. Fonte de Recursos: 100

O empenho inicial é de R\$ 931,95 (novecentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos), conforme Nota de Empenho nº 2017NE00227, emitida em 06/03/2017, sob o evento nº 400091, na modalidade, Ordinário.

Cláusula Sexta – Do Pagamento

- I. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

continua



SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

Fl.	73
Proc.	094.000.119/2017
Rub.	83719-9

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
NÚCLEO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

- II. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
- a) Certidão de regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias (Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa);
 - b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
 - c) Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitido pelo Tribunal Superior do Trabalho (em www.tst.jus.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011, visando à comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- III. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.
- IV. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.
- V. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
- VI. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:
- a) Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- VII. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- VIII. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011, alterado pelo Decreto de nº 36.135/2014, de 12/12/2014.

Cláusula Sétima – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar de 08/03/2017 até 08/03/2018.

continua



SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
NÚCLEO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Cláusula Oitava – Das garantias

- I. Por ocasião da celebração do contrato, será exigida da CONTRATADA a prestação de uma das seguintes garantias, a ser entregue no Núcleo de Tesouraria do SLU/DF, no endereço Edifício Venâncio 2.000, SCS Quadra 08, Bloco B-50, 6º Andar, Sala 641, Asa Sul, Brasília/DF:
 - a) Caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)
 - b) Seguro-garantia; ou,
 - c) Fiança bancária.
- II. Caberá a CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia acima, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato (Lei nº 8.666/93, art. 56, parágrafo 2º).
- III. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.
- IV. Toda e qualquer garantia prestada pela CONTRATADA:
 - a) Somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;
 - b) Poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

Cláusula Nona – Da responsabilidade do SLU/DF

- I. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.
- II. Nomear Comissão, Executor e suplente do Contrato ou Convênio, quando necessário, dos quais serão incumbidos às atribuições contidas nas normas de execução orçamentária e financeira vigente, e Lei de Licitações 8.666/93.
- III. Efetuar o pagamento das faturas apresentadas pela contratada, conforme cronograma de desembolso, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, após o atesto e aprovação das aquisições.
- IV. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às suas instalações, para entrega de aquisições deste objeto.
- V. Promover através do executor do contrato ou responsável, o acompanhamento da entrega das aquisições de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital, Contrato e Nota de Empenho.

Cláusula Décima – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

- I. A Contratada fica obrigada a apresentar, ao SLU/DF:

critério



SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA

Fl.	74
Proc.	094.000.119/2017
Rub.	Mat. 83719-9

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
NÚCLEO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

- a) Até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;
 - b) Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.
- II. Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.
- III. A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.
- IV. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- V. Comunicar oficialmente em prazo hábil que antecede o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento, caso aconteça.
- VI. Entregar os serviços/materiais de acordo as especificações e condições estabelecidas no Edital.
- VII. A CONTRATADA deverá observar a conformidade dos produtos ofertados com as especificações solicitadas, devendo estes ainda obedecer às normas técnicas NBR da Associação Brasileira de Normas Técnicas da ABNT, nos casos em que se aplicam.
- VIII. A Contratada deverá comunicar imediatamente a Subsecretaria de Licitações da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, bem como ao Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail, fax e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelos diversos órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal;
- IX. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), obrigando-se a, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a comunicação da Administração, de qualquer serviço entregue, que não esteja de acordo com as especificações ou em relação ao qual, posteriormente, não obstante os testes realizados venham a se constatar qualquer adulteração ou vício;
- X. Zelar e garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à Administração, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo poder Público;
- XI. Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens e demais encargos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato;
- XII. Comunicar à Contratante quaisquer irregularidades constatadas;
- XIII. Acondicionar e transportar os materiais contratados dentro das normas preconizadas para os mesmos acondicionando-os em embalagens corretas ao armazenamento e transporte;
- XIV. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XV. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços.

continua